

*A trajetória histórica
do movimento docente de Minas Gerais:
Da UTE ao Sind-UTE*

Wellington de Oliveira¹

Introdução



O presente artigo tem como temática central a apresentação da trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais, ocorrido no final dos anos 1970, que culmina com a criação de uma entidade que se denominará União dos Trabalhadores do Ensino (UTE). Em agosto de 1990, após a homologação da constituição de 1988, em congresso da categoria, passa a se denominar Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação (Sind-UTE), atual denominação.

Para alcançar tal objetivo, sob o ponto de vista metodológico, utilizei a história oral, entrevistando docentes da direção e da base da seguinte maneira: membros da primeira diretoria da UTE; diretores do Sind-UTE (ano base de 2006, momento de minha pesquisa); docentes que participaram de diretoria da UTE e Sind-UTE e não mais faziam parte; e docentes da base sindical.

Ainda no campo metodológico, recorri a fontes documentais dos arquivos do Sind-UTE e ainda ao que foi publicado nos veículos de imprensa da época, principalmente do momento da greve de 1979, que tomei como ponto de partida para construção deste artigo, e que o mesmo conta apenas com entrevistas dos membros da primeira diretoria da UTE.

1 Doutor em sociologia do trabalho e da educação (UnB), é professor adjunto da Faculdade de Educação da UnB.

Importante relatar que, além de me deter no foco central – que é a trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais –, procurei fazer uma análise de conjuntura tomando como pano de fundo o contexto sociopolítico do Brasil no final dos anos 1970 até meados dos anos 1980.

Minha pretensão, com o presente artigo, é contribuir para uma reflexão do sindicalismo na história do tempo presente em geral e, em específico, do movimento docente.

O contexto sociopolítico do final dos anos 1970 e início dos 1980: O fim do longo silêncio

No intuito de situar conjuntamente o movimento docente de Minas Gerais, é importante estabelecer uma conexão com a realidade sociopolítica do Brasil do final dos anos 1970 e início dos 1980.

Éder Sader, em sua obra *Quando novos personagens entraram em cena*,² retrata um momento caracterizado por uma crise de representação. Modelos institucionais são questionados: Igreja, a partir desse questionamento surge a teologia da libertação; movimento sindical, que coloca em xeque a postura sindical decorrente do atrelamento à tutela estatal, com a proposta de um “novo sindicalismo”; e a crise das esquerdas, em função das derrotas diante do golpe de 1964. As greves ocorridas nesse período histórico são ícones para que se possa entender essa postura nova no campo do movimento sindical.

“O fim do longo silêncio”, essa foi a manchete publicada no jornal da chamada imprensa alternativa³ que se denominava *O Movimento*, na edição dos dias 9 a 15 de abril de 1979. A notícia se referia à greve de 15 dias efetuada pelos metalúrgicos do ABC paulista. O fim do longo silêncio evidenciado pelo jornal se refere ao período que o movimento sindical ficou praticamente estagnado, em aparente acomodação. É lembrado, também, que essa greve não foi o rompimento do silêncio, pois, no ano anterior (1978), os operários já haviam retomado os movimentos reivindi-

2 E. Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

3 Imprensa alternativa, ou mesmo nanica, em função que os mesmos eram editados em forma de tabloide e também à margem da chamada grande imprensa com vínculos com as grandes empresas jornalísticas: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* etc.

catórios, levando a greves e paralisações, causando surpresas ao governo ditatorial e também aos patrões.

A surpresa decorre do fato que desde o golpe de 1964 e sob a égide de governos militares aconteceram apenas dois movimentos de cunho trabalhista de repercussão nacional que foram as greves de Osasco e Contagem, ambas em 1968, ano de grande agitação em função da mobilização da sociedade civil exigindo o fim da ditadura militar, sendo emblemática a passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro, impulsionada pelo movimento estudantil. Porém, a linha dura impõe um golpe dentro do golpe quando o então presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva, homologa o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Sabe-se que o regime torna-se mais duro e a repressão aos movimentos populares age com maior rigidez ainda. Os líderes das referidas greves foram enquadrados na chamada Lei de Segurança Nacional.

O sindicalismo, no período da ditadura, ficou acuado e a possibilidade de negociações salariais não existia. O Estado estabelecia os índices de aumento e os sindicatos eram estimulados a exercerem uma política assistencialista. Os que procurassem exercer uma política diferente sofriam intervenção direta do Ministério do Trabalho. Foi a época dos interventores. Interessante ressaltar que muitos dos interventores não eram estranhos à categoria, como nos lembra Marcelo Mattos:

Os interventores alçados à direção das entidades sindicais pelos militares não eram estranhos ao meio. Na maioria dos casos, eram representantes dos antigos grupos dirigentes, desalojados dos cargos de direção das entidades pelas vitórias nas eleições sindicais dos militantes de esquerda ligados ao PCB e ao PTB, nos anos que antecederam o golpe. Muitos tinham vínculos com os Círculos Operários Católicos e com as entidades ligadas ao sindicalismo norte-americano. Não tardariam, portanto, a se reaglutinar utilizando a máquina sindical não para representar suas categorias, mas para concretizar dois objetivos centrais: apresentarem-se como ponto de apoio dos primeiros mandatários da ditadura militar e caçar com esmero seus antigos adversários, agora tachados de perigosos subversivos.⁴

Ressalta-se que, a ação dos interventores foi de total aliança com o aparato estatal comandado pelos militares, reunindo até mesmo provas que pudessem incriminar os seus adversários conforme nos lembra Marcelo Mattos,

4 M. B. Mattos, *Novos e velhos sindicalismos (1955-1985)*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998, pp. 49-50.

as provas reunidas em documentos como telegramas de cumprimentos de Prestes e do embaixador soviético ao sindicato; compromissos agendados pelos diretores; ou a presença de um livro de Ferreira Gullar na biblioteca do sindicato.⁵

Os sindicatos se esvaziariam, perdendo o caráter de defesa dos interesses dos trabalhadores vivendo e sobrevivendo com a renda decorrente do imposto sindical arrecadado aos trabalhadores anualmente, como regia a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Em decorrência dessa situação, as mobilizações não existiam e, cada vez mais, os sindicatos assumiam seu caráter assistencialista. Sob o ponto de vista econômico, o Brasil vivia o chamado “Milagre brasileiro”.⁶ Essa realidade não mudou até hoje, mesmo após a redemocratização ocorrida na metade da década de 1980: a estrutura sindical permanece atrelada ao Ministério do Trabalho. Sílvia Manfredi encontra as raízes dessa dependência no Estado Novo:

O caráter classista e independente do sindicato dos trabalhadores no Brasil é quebrado no final do Estado Novo, apesar de existirem leis que procuravam atrelar ao Estado os sindicatos no intuito de torná-los corporativos. No entanto, entre 1943 e 1945, a ação do Ministério do Trabalho será mais contundente no sentido do atrelamento dos sindicatos ao Estado, fato esse decorrente do Governo Getúlio Vargas procurar obter apoio social para estabelecer a “redemocratização”.⁷

A partir da segunda metade dos anos 1970, a conjuntura apresenta mudanças tais como a crise do “milagre econômico”, movimentação na sociedade civil e, no campo político, o avanço eleitoral do MDB.⁸ E é nesse período que o “grande silêncio” é quebrado. É neste contexto que os docentes mineiros se articulam tendo como centralidade a luta por melhores salários e como cenário sociopolítico a luta contra a ditadura militar.

5 M. B. Mattos, op. cit., p. 51.

6 Assim denominado em decorrência das elevadas taxas de crescimento econômico apresentadas entre os anos de 1968 e 1973.

7 S. M. Manfredi, *Formação sindical: História de uma prática cultural no Brasil*, São Paulo, Escrituras Editora, 1996.

8 MDB – Movimento Democrático Brasileiro, partido que, no contexto do bipartidarismo vigente durante a ditadura, se constituía como oposição ao governo.

O movimento docente e a criação da UTE

No dia 18 de maio de 1979, eclodiu a greve dos professores em Minas Gerais dando início a um movimento que culminou com a criação de uma nova entidade: a UTE. Este movimento surgiu de uma série de reuniões de professores que aglutinavam tanto docentes da rede particular como da rede pública de Minas Gerais. Essas reuniões não contavam com apoio das instituições representativas da categoria: Sindicato dos Professores de Minas Gerais (rede particular) (Sinpro) e Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (rede pública) (APPMG).⁹

Entre o início do movimento grevista (18 de maio de 1979) e seu término (28 de junho), foram desenvolvidas várias atividades visando consolidar as reivindicações dos professores públicos de Minas Gerais. Essas movimentações corriam à margem da associação oficialmente constituída (APPMG). As mobilizações desenham um movimento social instituinte e sinalizam para a formalização de uma nova entidade. Esse espaço de tempo de movimentações caracteriza-se como movimento social. Os movimentos sociais “[...] logram maior duração e integração. Geralmente são eles que originam as organizações, os clubes, os partidos e as associações”.¹⁰ São manifestações a expressarem os movimentos docentes por uma educação popular, por renovação pedagógica, o que já ocorria no interior das escolas bem e junto às associações de bairros, aos sindicatos e às Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), da Igreja Católica.

Ao contrário da APPMG que, durante a década de 1930, se forma como associação já atrelada ao aparelho de Estado, a UTE surge como oposição ao aparelho de Estado, emerge enquanto oposição à ditadura militar e se apresenta como sindicato, apesar de a legislação não a reconhecer como tal. Sua ação, contudo, é sindical e sua estrutura organizativa reflete isso. Conforme esclarece o professor Luiz Fernando Carcerone em seu depoimento:

A UTE já nasceu como um sindicato de verdade, os funcionários públicos na época eram proibidos de ter sindicato, só podiam ter associações. Então, legalmente, nós tivemos de construir uma associação, mas já com um nome diferenciado dos outros. Chamar “trabalhador do ensino” foi um nome polêmico, a discussão do congresso de fundação da UTE, esse foi um dos temas

9 Hoje, a entidade continua existindo com o nome de Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG).

10 *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 789.

centrais. É claro que buscamos exemplos de organizações sindicais em vários lugares. E um das fontes de inspiração nossa, naqueles princípios estatutários que estão lá naquela ata, tive inspiração no modelo de sindicato dos trabalhadores de ensino de Portugal que tinha também a mesma denominação, que também tinha o mesmo conjunto de propostas básicas (Luiz Fernando Carcerone, entrevista concedida em 17.08.2004).¹¹

A denominação – União dos Trabalhadores do Ensino – adquire caráter polêmico, como esclarece o professor Luiz Fernando Carcerone mesmo por que, durante o congresso de institucionalização da UTE, foram apresentadas três propostas de designação para votação em plenária: “União dos Professores”, “União dos Educadores” e “União dos Trabalhadores do Ensino”. Na disputa, Luiz Dulci, em depoimento concedido a João Pinto Furtado, em 19 de maio de 1993,¹² afirma que a opção por essa denominação decorre de uma questão prática, ou seja, se o movimento não congregasse todos os que direta ou indiretamente estivessem envolvidos na educação estaria fadado ao fracasso. Por outro lado, se a prioridade de alianças do movimento apontava no sentido de encontrar com os objetivos da classe trabalhadora, era importante constar essa opção no nome da entidade. Luiz Dulci argumenta ainda que os professores tinham resistência em assumir a terminologia de trabalhador por identificá-la com os trabalhadores fabris, apesar de reconhecer que, em muitas situações, os salários destes eram maiores do que o dos professores. Na mentalidade docente, “não queria também perder o *status* mais simbólico, porque, em geral, as pessoas reconheciam que era um *status* mais simbólico do que real”.¹³

Para convencer o conjunto dos professores a assumir o nome União dos Trabalhadores do Ensino, o mesmo Dulci afirma:

-
- 11 Interessante ressaltar que Portugal tinha passado por mais de 40 anos de regime ditatorial com ascensão de Antonio Salazar em 1926, através de um golpe de Estado encabeçado pelo general Costa Gomes e, apesar da morte de Salazar em 1968, o regime ditatorial português continuou intacto tendo à frente Marcelo Caetano. Porém, em 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, Portugal passa a ter uma abertura democrática. A criação de um sindicato de professores com uma postura democrática se insere nesse contexto de abertura política, o que explica a inspiração que lideranças do movimento de professores em Minas Gerais buscam para estabelecer a UTE.
 - 12 J. P. Furtado, “Da ‘União’ ao Sind-UTE: A experiência dos trabalhadores em educação do estado de Minas Gerais (1979-1993)”, Belo Horizonte, Fafich, 1993, dissertação de mestrado.
 - 13 Luiz Dulci, J. P. Furtado, op. cit., p. 64.

A nossa greve não era só de professores, nosso movimento não tinha sido só de professores, que os serventes escolares tinham participado dele, que o pessoal de limpeza das escolas, os inspetores, os zeladores, quer dizer, que era do conjunto das pessoas que trabalham em educação.¹⁴

A ideia de constituir uma nova concepção da categoria, abandonando a ideia que estava muito presente ainda nas mentalidades dos docentes, de que sua profissão era algo sublime, vocacional, parece-me que estava presente na ação política dos articuladores do movimento antes do congresso de fundação, já no contexto do movimento. Para explicar essa proposição volto à questão de que o estatuto da UTE teve, em parte, conforme depoimento de Luiz Fernando Carcerone, inspiração no sindicalismo docente português, e corroborado por outro depoimento, o do professor Júlio Pires, que exerceu o cargo de secretário da Fazenda de Belo Horizonte na administração do prefeito Fernando Pimentel (PT), e que, mesmo não sendo da rede estadual ou municipal de ensino – era da UFMG – participou do movimento. Perguntado por que havia entrado no movimento dos professores de ensino básico (1º e 2º graus), respondeu em entrevista concedida em maio de 2004:

Olha, isso foi uma atitude 100% política. Eu nunca fui professor do estado, nem da prefeitura, eu era professor da universidade. Então, se você me perguntar: você não tinha nada a ver com isso? Funcionalmente eu não tinha, eu não era empregado do estado, eu não era professor do estado, eu era professor da universidade, mas tinha ali uma participação política. [...] Eu estava ali como político, fazendo um movimento político nesse sentido. Era um sentido político de oposição à ditadura militar (Júlio Pires, entrevista concedida em 20.04.2004).

Existe, portanto, uma intencionalidade política na participação de alguns membros da futura direção da UTE. Essa intencionalidade reflete o espírito da oposição ao governo do final dos anos 1970, a ideia de construção de um “novo sindicalismo”. Daí, tal como demonstram os entrevistados, a necessidade de entrelaçamento com outras propostas de organização sindical, as aproximações com movimentos como o sindical português, que vinha também de uma luta contra a ditadura salazarista.

Ao se consultar o estatuto do Sindicato dos Professores/Grande Lisboa, elaborado em 1976, portanto após a “Revolução dos Cravos” – momento de redemocratização da sociedade portuguesa –, a definição dos objetivos do sindicato evidencia a aproxima-

14 Luiz Dulci, J. P. Furtado, op. cit., p. 65.

mação com o estatuto que surgiu quando da fundação da UTE. Diz o “Preâmbulo” do referido estatuto:

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa é uma associação dos trabalhadores docentes, seja qual for o seu sector de ensino, com vista à defesa e promoção dos seus interesses socioprofissionais, tendo como objectivo último a sua emancipação num projecto de sociedade socialista.¹⁵

Porém, na especificação dos objetivos contidos no referido estatuto, fica clara a aproximação com a ideia de trabalhadores da educação assumida pela UTE em sua fundação:

São objectivos fundamentais do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa:

- a. defender os direitos e interesses do grupo profissional e de cada trabalhador enquanto agente do ensino;
- b. desenvolver-se, em conjunto com outros órgãos representativos dos trabalhadores, na definição de uma política global de ensino;
- c. empenhar-se, em conjunto com outros órgãos representativos dos trabalhadores, na definição de uma política global de ensino;
- d. lutar pela reformulação radical da função docente, pela supressão do ensino ao serviço do Estado capitalista e pela instauração de um ensino ao serviço das classes trabalhadoras;
- e. participar, ao lado de todos os trabalhadores, no combate a todas as formas de exploração e de opressão.¹⁶

A organização do sindicalismo docente português não previu a inclusão dos funcionários técnico-administrativos, ao contrário do sindicato em Minas Gerais. Em entrevista concedida ao jornal *Em Tempo*,¹⁷ portanto um mês antes do congresso de fundação da UTE, o professor Luiz Dulci afirma:¹⁸

15 “Estatuto do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa”, 1976, p. 3.

16 Interessante ressaltar que a problemática da autonomia está posta tal como aparece na Ata de Fundação da UTE: “Autonomia e independência face à entidade patronal, às organizações e partidos políticos, às organizações religiosas, e em relação ao Estado”. “Estatuto do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa”, 1976, p. 3.

17 Edição de 21 de junho de 1979.

18 Tornam-se esclarecedores trechos da carta intitulada “Carta ao Professor Mineiro – 24 de junho de 1979”: “A tarefa do professorado mineiro é agora a organização de uma entidade de classe que garanta a continuidade do movimento. Tal entidade deve reproduzir a nossa organização democrática conseguida na prática da luta” (apud J. P. Furto, op. cit., p. 57).

E, além disso, marcamos o congresso de fundação da nova entidade para os dias 21 e 22 de julho. É uma associação que pretende ser uma união dos trabalhadores do ensino em Minas, sem distinção, sejam eles professores, serventuários ou serventes. Ela teria condições de nascer agora com mais de 300 núcleos de cidades no estado.

Os dados factuais descritos apontam no sentido de que a escolha do nome *trabalhadores em educação* não é escolha neutra e evidencia um posicionamento ideológico claro por aqueles que formaram a liderança do movimento. Aponta em dois sentidos: a ruptura com as visões românticas, idílicas e religiosas da profissão, ao mesmo em que procura aproximar-se da classe trabalhadora. E, a disputa pelo nome no plenário do congresso de fundação da entidade passa a ser, também, uma disputa ideológica¹⁹ pela condução do movimento docente.

O congresso de fundação da UTE aconteceu nos dias 21 e 22 de julho de 1979, conforme consta da ata:

Aos dias vinte e um (21) e vinte e dois (22) de julho de mil novecentos e setenta e nove (1979), no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, situado na Praça Afonso Arinos em Belo Horizonte, realizou-se o primeiro Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, com a presença de quatrocentos e trinta e seis (436) delegados da capital e do interior e noventa e um (91) assistentes, sendo representados setenta e um (71) municípios, dentre esses, os municípios-sede das delegacias regionais de ensino.²⁰

Esta foi a formatação inicial da UTE. Pode-se observar que a denominação *trabalhadores do ensino*, apesar de polêmica, como nos lembra o professor Luiz Fernando Carcerone em seu depoimento, tornou-se hegemônica. Após discussões, a estrutura organizacional da UTE ficou da seguinte maneira:

Pela votação, decidiu-se pela criação de uma entidade, regida a nível estadual por um estatuto único, com sede central em Belo Horizonte e subsedes nos municípios do interior. As subsedes deverão ter uma diretoria eleita pelos associados locais. Ficou aprovado também que as associações municipais existentes poderão se filiar à entidade estadual, realizando as devidas modifi-

19 O conceito de ideologia aqui utilizado não se refere ao conceito marxiano e sim ao que Gramsci entende como ideologia, como conjunto de ideias.

20 Em novembro de 1979, o jornal da entidade *Módulo III*, noticia a existência de aproximadamente 5 mil sócios e de subsedes em 35 municípios, o que sugere um intenso processo de organização a partir da campanha. Cf. J. P. Furtado, op. cit., p. 61.

cações e adaptações em seus estatutos de forma a não contrariar os estatutos da entidade estadual e que os representantes de várias subseções poderão constituir uma coordenação regional para encaminhamentos de questões comuns. A coordenação regional será considerada como núcleo de encaminhamento e não de decisão, ficando as decisões a cargo de cada subseção ou associação municipal e de organismos estaduais.²¹

A organização da UTE nos moldes acima expostos reflete a estrutura articulada no contexto grevista de 1979²² e, também, a mentalidade do chamado *novo sindicalismo* estava ali presente: a ideia de democratização das estruturas de poder no sindicato e a ideia de descentralização, como se pode observar na citação abaixo:

Como instâncias máximas de deliberação da entidade foram aprovados o Congresso dos Associados e a Assembleia Geral dos Associados. Os outros poderes administrativos da entidade são a Diretoria e os Conselhos, Geral e Fiscal. O Conselho Geral é constituído por um (1) representante da cada subseção ou de cada associação municipal filiada à entidade. Dentre os membros do Conselho Geral, será eleito o Conselho Fiscal.²³

Esse modelo organizacional dos trabalhadores de ensino em Minas Gerais pretendia congregar não apenas os professores da rede pública como ainda outros funcionários do setor educacional como serventes, orientadoras educacionais, supervisoras e até diretores de escolas que tinham suas entidades próprias, porém, nesse primeiro momento, isso não acontece. Aos professores da rede particular foi facultada sua filiação à UTE, porém a opção foi reorganizar o Sinpro/MG que, na época da realização do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino, encontrava-se sob intervenção do Ministério do Trabalho, face à renúncia de sua diretoria.

Os princípios gerais discutidos e aprovados nesse I Congresso foram os seguintes:

1. defender os direitos e interesses da categoria profissional e de cada trabalhador do ensino;

21 Ata do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino, Belo Horizonte, 21 e 22 de julho de 1979.

22 “Nós consideramos que, do ponto de vista do avanço da organização da classe, seria uma coisa incorreta que desse movimento não saísse uma forma organizativa, que tivesse as mesmas características que o movimento teve, ou seja, uma forma organizativa que envolvesse todo o magistério e que mantivesse os critérios democráticos que tivemos, de organização pelas bases de regionais na capital e no interior”, Luiz Dulci, *Em Tempo*, 26.06.1979.

23 Ata do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino, op. cit.

2. defender os direitos e interesses dos inativos do ensino;
3. desenvolver a unidade de toda a categoria dos trabalhadores do ensino;
4. participar, ao lado de todos os trabalhadores, no combate de toda forma de exploração e opressão;
5. reivindicar uma política educacional que atenda aos reais interesses do povo brasileiro;
6. fiscalizar as modalidades de admissão e demissão dos trabalhadores do ensino nas redes oficiais, municipal e estadual;
7. garantir a independência da entidade:
 - a. assegurando sua autonomia frente às entidades patronais, organizações religiosas, partidos políticos e em relação ao estado;
 - b. garantindo a autonomia de seus núcleos, bem como lhes assegurando a expressão em todos os organismos e imprensa da entidade;
 - c. garantindo igualmente esses direitos às associações municipais que, ao se filiarem à entidade, promovam as necessárias adaptações estatutárias;
 - d. aderindo a organismos que promovam a unidade dos trabalhadores do ensino particular, e de todos os trabalhadores em geral;
 - e. assegurando a liberdade de adesão exceto quando o candidato tiver interesses financeiros em estabelecimento de ensino ou tiver colaborado com os órgãos de repressão;
 - f. permitindo a existência de tendências sindicais, com expressão pública nos órgãos e imprensa da UTE-MG, desde que não firam seus princípios básicos e que tenham obtido pelo menos dez por cento (10%) dos votos na última eleição;
 - g. com a revogação de mandatos individuais ou coletivos pela maioria dos grupos que os elegeram;
 - h. determinando estatutariamente os mandatos, não se permitindo o continuísmo nos cargos eletivos;²⁴
 - i. possibilitando a agregação de grupos de trabalho aos diversos órgãos da estrutura organizativa da UTE-MG.²⁵

Ao se verificar o conjunto dos princípios aprovados no referido congresso, e que foram agregados ao estatuto da UTE-MG, percebe-se a preocupação de a entidade surgida do movimento grevista dos professores mineiros assumir um caráter autônomo frente à política partidária, à questão religiosa, com engajamento nas lutas

24 Esse objetivo não foi alcançado, pois ao verificarmos a lista de diretores eleitos e empossados na UTE e depois Sind-UTE, a tônica foi o continuísmo e a permanência dos mesmos por vários mandatos.

25 Ata do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino, op. cit.

dos trabalhadores do ensino e aproximação orgânica com as lutas dos trabalhadores em geral. No que diz respeito à sua estrutura de funcionamento, uma instituição democrática e representativa das bases. Interessante ressaltar que a ideia de rotatividade do núcleo dirigente é defendida em detrimento da ideia de continuísmo.

Uma questão se coloca hoje: esses princípios básicos da dinâmica definidos quando da criação da UTE mantêm-se historicamente? Ou seja: no transcorrer de sua história eles se permanecem como princípios básicos?

Interessante começar pela problemática da autonomia. A ata do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino aponta, com veemência, que a entidade que estava sendo criada após o movimento grevista de 1979 deveria ser autônoma frente às instituições e conclama que os trabalhadores do ensino deveriam se aproximar do conjunto dos outros trabalhadores, uma vez que deveriam “*participar ao lado de todos os trabalhadores no combate de toda forma de exploração e opressão*”. Pode-se inferir por essa afirmação que a aproximação política teria de ser com a classe trabalhadora, afastando qualquer possibilidade de se pactuar com as entidades patronais ou com o Estado patrão. Deduz-se, portanto, que aqui esteja o conceito de autonomia concebido e adotado quando do momento da criação da UTE. Mas, ao mesmo tempo em que se faz essa chamada, aponta-se no sentido que essa autonomia desaguaria na formação de uma entidade do tipo sindical e, portanto se acredita nessa instituição com poder representativo dos trabalhadores do ensino e com espaço para desempenhar o papel de transformação da sociedade. Abrigando, portanto, as lutas políticas e econômicas da referida categoria: *trabalhadores do ensino*.

O que seria então essa autonomia para se poder até mesmo entender a gênese de formação da UTE. A professora Lúcia Bruno, em sua obra *Que é autonomia operária*, afirma que autonomia não é somente uma “autonomia orgânica, física, com relação às instituições capitalistas”.²⁶ E, entre as instituições capitalistas, a autora inclui o sindicato, o que é corroborado por Istvan Mészáros, em sua obra *Para além do capital*, quando estabelece como pilares constituintes do sociometabolismo do capital um tripé: *Estado, capital e trabalho*.²⁷ Para o autor, os sindicatos são interlocutores do capital e não adversários estruturais, pois os mesmos são interlocutores legais, constituídos e regulados pelo Estado. Essa não é a visão dos organizadores da

26 L. Bruno, *Que é autonomia operária*, 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 11.

27 I. Mészáros, *Para além do capital*, São Paulo/Campinas, Boitempo/Editora da Unicamp, 2002.

UTE, uma vez que a instituição se forma ao largo da tutela do Estado, procurando, contudo, ser a interlocutora de uma classe, principalmente no encaminhamento de reivindicações econômicas, assumindo, por isso, uma postura sindical. O próprio movimento exerceu essa função, pois foi o Comando Geral de Greve, que, mais tarde, constituiu o núcleo dirigente formador da UTE e que negociou o fim do movimento grevista. O professor Luiz Fernando Carcerone corrobora isso em seu depoimento ao afirmar: “a UTE surgiu como um sindicato”. Ou mesmo quando o professor Fernando Cabral afirma,

A UTE surgiu enquanto sindicato livre, sem nenhuma amarra, que os sindicatos da época tinham, eles eram tutelados pelo Ministério do Trabalho. Então, a UTE surgiu completamente independente, nós não tivemos pacto com o governo naquele momento, nem desconto em folha, nem nada, então as contribuições eram pagas de maneira voluntária pelos sócios da UTE mesmos (Fernando Cabral, entrevista concedida em 16.06.2003).

Ora, a forma de estabelecimento da UTE dá uma impressão de ruptura com o sistema, mas, ao se verificar o contexto, pode-se ver que é aparente:

- ◇ Sob o ponto de vista legal, realmente a instituição só poderia surgir dessa maneira, ou seja, sem se atrelar ao Ministério do Trabalho. Obter uma carta sindical era impossível, pois aos servidores públicos era vedado o direito à sindicalização.
- ◇ A forma de se organizar só poderia se efetuar de forma livre, com livre contribuição dos sócios. Isso foi uma inovação, que, após a institucionalização, não persistirá. Pois a contribuição dos sócios passa ser descontada em folha de pagamento.
- ◇ os diretores passam a ser liberados pelo “Estado patrão” de sua atividade fim, dar aulas, para atuarem na instituição sindical. Em alguns momentos de mobilização, os mesmos eram retirados da instituição de classe pelo Estado para retornarem à sala de aula.

Interessante ressaltar que a problemática da autonomia gera um impasse muito bem posto pelo professor Luiz Antonio Cunha, ou seja, a luta pela autonomia estabelece um distanciamento do Estado, esfera que institucionalmente é a que resolve as demandas postas pelos movimentos:

Por outro lado, a tão celebrada autonomia dos movimentos sociais diante do Estado não permite ver que é em sua interação com o Estado que esses movimentos concretizam seus objetivos. Pode-se concluir, facilmente, que eles não podem gerir suas demandas por si sós, voltando as costas para o Estado. Ao

contrário, a despeito da retórica antiestatal, esses movimentos demandam algum tipo de intervenção do Estado, sem o que os problemas que dão origem aos próprios movimentos não são resolvidos.²⁸

Para que a UTE assumisse realmente uma postura autonomista, ela teria de estar, já naquela época, colocando questões relativas à gestão e à organização, afrontando os modelos capitalistas, quebrando as formas hierarquizadas, centralizadoras das decisões e reprodutoras das desigualdades sociais.²⁹ Outra informação que pode ser colhida por intermédio das entrevistas de seus fundadores, é que a UTE não estabelece como centro de sua ação temas atinentes à educação escolar ou à pedagogia, bem como à gestão. O depoimento do professor Antonio Carlos Pereira (Carlão)³⁰ sobre o tema educacional sintetiza bem, quando questionado sobre o assunto:

Alguns tratavam do assunto, mas não demos conta. E a problemática não era hegemônica. Eu diria, nós, núcleo central, daí incompetência nossa, não defendíamos isso com mais força e necessidade. Aqueles que diziam que estavam defendendo, era só para cumprir tabela. Igual quando você vai para a Praça Sete distribuir papelzinho e acha que fala com o mundo. Agora, pelo que eu tenho de informação, até onde eu acompanhei mais de perto, essa não é uma questão só nossa da UTE ou do modelo sindical de Minas Gerais, Belo Horizonte. Eu diria que ela é nacional. O movimento dos professores, dos trabalhadores da área de educação não deu conta de construir um projeto. Não deu conta. O que é lastimável (Antonio Carlos Pereira (Carlão), entrevista concedida em 15.05.2003).

Ao analisar o depoimento acima, pode-se dizer que a questão educacional não era hegemônica no momento da organização da UTE e o movimento não conseguiu construir um projeto alternativo que possibilitasse mesmo dar mais autonomia aos trabalhadores da educação. Além da autonomia, possibilitaria uma ligação maior com os movimentos sociais. Importante ressaltar que o professor Rogério Campos,

28 L. A. Cunha, *Educação, Estado e democracia no Brasil*, 2. ed., São Paulo/Niterói/Brasília, Cortez/Editora da UFF/Flacso Brasil, 1995, p. 65.

29 Cf. L. Bruno, *op. cit.*, p. 11.

30 Importante registrar que o professor Carlão aponta o professor Miguel Arroyo, da Faculdade de Educação da UFMG (na administração de Patrus Ananias (PT) na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, secretário-adjunto da Educação), quando da implantação da “Escola Plural”, como interlocutor frequente da UTE (Antonio Carlos Pereira (Carlão), entrevista concedida em 15.05.2003).

apesar de seu trabalho ser acerca dos movimentos populares reivindicativos por educação escolar nas grandes cidades, nos alerta sobre o distanciamento detectado em suas pesquisas, por parte do movimento docente frente às referidas demandas das classes subalternas:

Defesa da escola pública e gratuita, da sua melhoria, o mais das vezes não vai além de uma bandeira geral, que não encontra desdobramentos num possível aprofundamento da discussão acerca da problemática educacional. Se efetivada, uma tal prática poderia ter o sentido de reformular propostas comuns para a crise da educação. Há exceções, mas prepondera como que uma instrumentalização [pelo movimento dos trabalhadores em educação] das preocupações manifestadas pela população usuária, em relação à qualidade do ensino aí ministrado.³¹

Entendo que, para esclarecer a problemática da autonomia, Istvan Mészáros nos dá pistas. No contexto do sociometabolismo do capitalismo, ele afirma que “ao longo de toda a sua história, o movimento operário foi setorial e defensivo”.³² No caso da UTE, evidencia-se esse caráter ao se observar o enunciado dos objetivos na Ata de Constituição: “defender os direitos e interesses dos trabalhadores do ensino”. Seguindo as trilhas de Mészáros, a opção de transformar o movimento grevista de 1979 em espaço de construção de um sindicato faria com que o movimento dos trabalhadores do ensino se encaixasse na tradição do movimento operário, ou seja, a constituição de uma instituição que viesse a defender os interesses econômicos de uma determinada categoria. Para o autor, os sindicatos acabam se inserindo no campo da luta econômica enquanto o partido no campo da luta política. Portanto, a problemática posta, ou seja, da autonomia sindical fica comprometida por que a UTE – e, posteriormente, o Sind-UTE³³ – não consegue ultrapassar essa dinâmica imposta pela sociedade capitalista. Mais adiante serão feitas a ligação com o espectro partidário brasileiro que surge a partir da “abertura política”,³⁴ durante

31 R. C. Campos, *A luta dos trabalhadores pela escola*, “Coleção Educação Popular”, n. 10, São Paulo, Loyola, 1988, p. 286.

32 I. Mészáros, op. cit., p. 24.

33 Durante um congresso da categoria, em agosto de 1990, optou-se pela unificação de várias entidades ligadas ao magistério, daí UTE passou a Sind-UTE (Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação). Além do mais, pela a Constituição homologada em 1998, os funcionários públicos passaram a ter direito a sindicalização.

34 General João Batista Figueiredo assumirá a Presidência da República em sucessão ao general Ernesto Geisel com o propósito de realizar a redemocratização do país. É famosa sua frase: “Quem se opor à democracia, prendo e arrebento”.

o governo João Figueiredo (1979 a 1985). Pode-se adiantar que boa parte dos dirigentes da UTE participará do processo de construção do Partido dos Trabalhadores (PT):

Em documento consultado nos arquivos da UTE, menciona-se a realização, em Belo Horizonte, de um encontro das oposições destinado a discutir essas questões. Propôs-se, em documento preparatório do “Encontro das Oposições”, a ser realizada em 20 acerca das possibilidades de exercício de uma prática política popular através de um Partido Político.³⁵

Essa ideia de se constituir um partido político evidencia uma postura sociopolítica do movimento de trabalhadores de longa duração que Alain Bihr, ao analisar o comportamento do movimento sindical francês das décadas de 1970-1980, avalia como “crise de representatividade do movimento operário”,³⁶ quando também existe uma crise dos “modelos sociopolíticos” a serem seguidos que ele classifica em três modelos para este último terço do século XIX:

- ◇ modelos de autonomia proletária, encarnados pelo anarquismo, pelo sindicalismo revolucionário, pelo comunismo de conselhos;
- ◇ do “socialismo de estado” (“ou socialismo burocrático”) que, após ter constituído por décadas inteiras um verdadeiro contraste, inclusive no seio do movimento operário, ele mesmo reconhece sua falência histórica, precipitando-se na via de um capitalismo à moda ocidental;
- ◇ o caso do reformismo social democrata clássico, condenado ao mesmo tempo por seu êxito (que o fez mostrar com clareza o que defende: uma parte integrante do comando do capital sobre o proletariado).

No contexto em que a UTE se constituiu, observa-se que ela se alia ao denominado “novo sindicalismo”. E essa corrente disputa espaço político no seio da classe operária brasileira com os sindicalistas conhecidos como “populistas”.³⁷ Esses últimos têm uma ligação muito forte com a ideia de implantação do “socialismo real” no Brasil. As

35 O documento, citado pelo professor Furtado, tem por título “Orientação para discussão: Encontro das oposições” e se encontra no arquivo do Sind-UTE, pasta “Correspondência Recebida – 1979 e 1980/1ª parte”, outubro de 1979. Cf. J. P. Furtado, op. cit., p. 35.

36 A. Bihr, *Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise*, 2. ed., São Paulo, Boitempo, 1999, p. 12.

37 Os sindicalistas denominados “populistas” são aqueles que militavam no movimento sindical no pré-64 e que se pautavam pelas propostas do Partido Comunista Brasileiro e Partido Trabalhista Brasileiro.

lideranças dos professores mineiros, ao participarem de um congresso junto com a Oposição Sindical no intuito de se fundar um partido político, descartarão a possibilidade de se pautar pelo campo da esquerda que se propõe a construção do chamado “socialismo real”, proposta clara do PCB. Outra questão estava na pauta de discussões da época: a derrota dos grupos que optaram pela luta armada estava ainda fresca na memória dos militantes. Assim, a concepção de mudança por aquela via estava descartada. Com isso o movimento sindical decorrente das mobilizações do final dos anos 1970 tendia a optar pela via parlamentar, daí o propósito de se criar um partido político. As evidências apontam no sentido de se acreditar na transformação social por intermédio do Estado. Ou seja: as mobilizações do final dos 1970 apontavam, segundo avaliação dos “novos sindicalistas”, no sentido que as transformações sociais ocorreriam com a ocupação dos postos chave do aparelho de Estado pelo movimento, donde a importância de criação de um partido político para tal finalidade.

Segundo Alain Bihr, essa posição do movimento operário em optar pela organização em partido decorre da “herança” das II Internacional e III Internacional (Kominintern).³⁸ O sociólogo francês alerta-nos sobre o fato de o movimento operário tirar a denominação de suas origens históricas e, principalmente, a partir do último quarto do século XIX, antes da Grande Guerra, quando o referido movimento vai sendo invadido pelas forças políticas e ideológicas que reivindicam suas origens na social democracia. Contudo, mesmo no âmbito dessa divergência no seio do movimento operário – sociais democratas *versus* revolucionários – existe uma questão que os une: a crença na transformação social através da conquista do Estado. Para efetivar tal proposta, torna-se necessário que o movimento crie um partido que será o vetor das propostas transformadoras.

Sendo assim, nada de surpreendente em seu comum fetichismo do Estado, apesar das diferenças de ênfase da este último por cada uma das versões. A versão reformista apresenta o Estado como um órgão neutro colocado acima das classes, portanto como um instrumento que pode ser colocado indiferentemente a serviço de uma política burguesa ou de uma política proletária. A versão revolucionária retoma em certo sentido essa temática, ao apresentar o

38 II Internacional (1889-1914), movimento que se propunha organizar os trabalhadores em uma perspectiva internacional. No bojo desse movimento emergem as propostas da social democracia clássica e revolucionária, essa decorre do fato da vitória bolchevique sobre o Império Russo em 1917. A III Internacional – ou Kominintern – (1919 a 1943) é um movimento com os mesmos objetivos da II Internacional, porém agora sob a hegemonia do Partido Comunista da União das Repúblicas Soviéticas – URSS .

Estado como transcendente e resolvendo as contradições inerentes à acumulação do capital (em particular, aquela entre a socialização crescente da produção e a propriedade privada dos meios de produção).³⁹

No caso do Brasil do final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, a luta contra a ditadura, contexto histórico em que se insere a luta dos trabalhadores do ensino de Minas Gerais, e a consequente formação da UTE, é, também, momento de mobilização no sentido de formação de partidos políticos na quadra de rompimento do bipartidarismo Arena e MDB. Daí os sindicalistas do “novo sindicalismo” se unirem no intuito de formação de um partido ancorado no pensamento de que somente o movimento e/ou o sindicato operário não seria capaz de operacionalizar as mudanças na estrutura capitalista. Ou mesmo, o objetivo de se fazer representar politicamente pela via parlamentar era bastante forte naquele período histórico. A participação de lideranças do movimento dos professores na construção do Partido dos Trabalhadores é justificada por Luiz Dulci em entrevistada concedida ao professor João Pinto Furtado em 19 de março de 1993:

Aí tem que ver o fato de que é uma categoria muito numerosa. No estado de Minas são 250 mil trabalhadores em educação. Na Prefeitura de Belo Horizonte, hoje, 57% do total dos funcionários são da área da educação. Todas as prefeituras do interior têm um número muito grande de funcionários públicos. Então, ela é muito numerosa.

O professor Luiz Fernando Carcerone justifica em seu depoimento o engajamento da UTE na formação do Partido dos Trabalhadores também pelo grande número de membros da categoria no estado e daí que, a cada subseção da UTE, gerava um diretório do referido partido. Interessante ressaltar esse fato porque, sendo a UTE uma associação que se pretende autônoma ainda, em sua gênese já se aproxima de um partido político. Informação também corroborada pelo professor Carlão,

A matriz sindical, eu diria no caso de Minas, a implantação do PT no estado, foi determinante o movimento dos professores públicos aqui da UTE. Era muito comum o que você tinha de liderança, tem a professora que comandou a greve lá, então vamos procurá-la, isso foi forte (Antonio Carlos Pereira (Carlão), entrevista concedida em 15.05.2003).

39 A. Bihr, op. cit., p. 22.

Considerações finais

A postura da liderança do movimento docente que viria a se constituir como núcleo dirigente formador da UTE é decorrência, como diria Maurício Cardoso,⁴⁰ de uma proposição das referidas lideranças de estabelecerem uma similitude entre operários e professores. Daí a ideia de criarem as instituições de defesa dos interesses docentes em estruturas sindicais. No caso do movimento docente de Minas Gerais, foi a criação da UTE, instituição decorrente do movimento grevista mencionado no corpo deste artigo.

O engajamento das lideranças da então UTE e hoje Sind-UTE na criação do Partido dos Trabalhadores levou a que muitos passassem a ocupar cargos – como já mencionado – no aparelho de Estado em todas as esferas da federação. Nesse sentido, torna-se instigante continuar o processo investigativo tendo como problema a seguinte questão: como se encontra hoje a relação núcleo dirigente/base social, uma vez que as greves continuam a acontecer?

Outra problemática que merece continuidade no processo investigativo acerca do sindicalismo docente e a sociedade civil é verificar como se está estabelecendo a relação movimento docente e outros movimentos sociais tais como o coletivo de mulheres, pois as mulheres constituem maioria no universo laboral de docentes, a questão das cotas para afrodescendentes no ensino superior brasileiro e, como se posta o sindicalismo docente frente às políticas públicas de educação em seus diversos níveis.



40 Cf. M. E. Cardoso, “Professores em movimento: A emergência do termo “trabalhadores em educação” – discursos e identidades“, *Anais do Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação*, Rio de Janeiro, 22 a 23 de abril de 2010.